

# Folha Informativa SRADR

2023-07-10

## LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<b><u>Portaria n.º 59/2023 de 10 de julho de 2023</u></b>	2023.06.10	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Sétima alteração da Portaria n.º 82/2011, de 3 de outubro. (Fixa uma comparticipação financeira à organização de produtores da ilha do Pico, como contrapartida pela execução das intradermotuberculizações comparadas, ao efetivo bovino daquela ilha.)



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<b><u>Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2023/A, de 10 de julho</u></b>	2023.06.10	Assembleia Legislativa	Extensão aos Açores e à Madeira de medida excecional de apoio ao setor agropecuário.



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<b><u>Regulamento de execução (UE) 2023/1429 de 7 de julho de 2023</u></b>	2023.06.10	Comissão Europeia	Aprova o extrato de <i>Chrysanthemum cinerariaefolium</i> obtido com dióxido de carbono supercrítico a partir de flores abertas e maduras de <i>Tanacetum cinerariifolium</i> como substância ativa para utilização em produtos biocidas do tipo de produtos 18, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho.
<b><u>Regulamento de Execução (UE) 2023/1426 de 3 de julho</u></b>	2023.06.10	Comissão Europeia	Relativo à inscrição de uma denominação no registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas [«Sebadas/Seadas/Sabadas/Seattas/Savadas/Sevadas di Sardegna» (IGP)].
<b><u>Decisão de Execução (UE) 2023/1432 de 7 de julho de 2023</u></b>	2023.06.10	Comissão Europeia	Relativa à prorrogação da ação empreendida pela Agência Federal Alemã dos Produtos Químicos para autorizar a disponibilização no mercado e a utilização do produto biocida Biobor JF em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho

## OUTROS ASSUNTOS



### Região Autónoma dos Açores

#### Notícias

##### **Alho da Graciosa já no mercado com selo de Indicação Geográfica Protegida da União Europeia**

O Alho da Graciosa, registado pela Comissão Europeia como produto de Indicação Geográfica Protegida (IGP) em 2021, chegou hoje pela primeira vez ao mercado já com o respetivo selo IGP.

Recorde-se que a Comissão Europeia registou a denominação “Alho da Graciosa” como IGP, ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) 2021/2035 da Comissão, publicado em Jornal Oficial da União Europeia, L 416, de 23 de novembro, pelo que a partir dessa data, passou a estar inscrito no registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas da União Europeia.

Entende-se por IGP uma denominação que identifique um produto originário de um local ou região determinados, (ou de um país), que possua determinada qualidade, reputação ou outras características que possam ser essencialmente atribuídas à sua origem geográfica e em relação ao qual pelo menos uma das fases de produção tenha lugar na área geográfica delimitada.

A certificação do Alho da Graciosa por um dos regimes de qualidade da União Europeia, neste caso o IGP, tem grande relevância para esta cultura específica, esperando-se que daí resultem mais valias para os agricultores e para a agricultura graciosense, desde logo ao nível da valorização do produto, da melhoria do rendimento dos produtores e da abertura de novos mercados.

O Alho da Graciosa junta-se, desta forma à carne dos Açores e a meloa de Santa Maria, produtos açorianos com selo IGP. Recorde-se que, aquando do registo do “Alho da Graciosa” como IGP, o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural frisou que “a qualificação deste produto, que tem um suporte jurídico comunitário, permite assegurar uma estratégia que prima pelo incentivo à produção e comercialização dos produtos com diferenciação”.

“Falamos de mais um produto único no mundo, quer na qualidade intrínseca, como no modo de produção”, concluiu António Ventura, após conhecida a posição da Comissão Europeia.

Fonte: [Alho da Graciosa já no mercado com selo de Indicação Geográfica Protegida da União Europeia - Comunicação - Portal \(azores.gov.pt\)](#)

# Folha Informativa SRADR

2023-07-10

## OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

### Eventos

❖ **Online: 60º aniversário da Comissão do Codex Alimentarius e 75º aniversário da OMS**

Quinta-feira 13 julho 2023

60º aniversário da Comissão do Codex Alimentarius e 75º aniversário da OMS

Evento comemorativo.

Local: online

Fonte: [Online: 60º aniversário da Comissão do Codex Alimentarius e 75º aniversário da OMS \(gpp.pt\)](#)

❖ **Solos Saudáveis para uma Agricultura Resiliente**

Sexta-feira 14 julho 2023

Solos Saudáveis para uma Agricultura Resiliente

Workshop promovido pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, no âmbito do projeto BENCHMARKS.

A iniciativa tem como objetivo ajudar agricultores, gestores do território, empresas e decisores políticos a adotar uma gestão resiliente do uso do solo no espaço europeu.

[Programa](#) | [Inscrição](#)

Local: Idanha-a-Nova

Fonte: [Solos Saudáveis para uma Agricultura Resiliente \(gpp.pt\)](#)

❖ **A Inovação e Digitalização na Agricultura – 15 de julho – Porto Moniz**

Sábado 15 de julho 2023

Decorrerá no próximo dia 15 de julho, na Casa do Povo do Porto Moniz, a Conferência sobre “A Inovação e Digitalização na Agricultura”.

Este evento terá a participação do Investigador do INIAV, Miguel Leão com a palestra “Fruticultura 4.0: Inovação, Tecnologia e Novos Modelos de Produção”

Fonte: [A Inovação e Digitalização na Agricultura - 15 de julho - Porto Moniz - Agroportal](#)

## Notícias

### ❖ Funchal investiu 1,5ME na limpeza e reflorestação de 75% do Parque Ecológico

A Câmara Municipal do Funchal investiu 1,5 milhões de euros, no último ano, na limpeza e na reflorestação de 75% do Parque Ecológico, anunciou hoje a autarquia.

Em comunicado, o município madeirense (PSD/CDS-PP) salienta que o investimento feito consistiu no controlo de espécies exóticas invasoras e na plantação de espécies autóctones.

“No total, estamos a falar de uma área de 123 hectares, com a limpeza e introdução de 200 mil novas plantas”, indica o presidente da Câmara do Funchal, Pedro Calado, citado na nota.

O chefe do executivo municipal acrescenta que se trata de “um trabalho muito importante para recuperar o coberto vegetal, proteger a cidade, garantindo uma zona de tampão verde, e garantir maior capacidade de captação de água, por via da precipitação oculta”.

De acordo com o comunicado, Pedro Calado esteve no Parque Ecológico do Funchal com a vereadora do Ambiente, Nádía Coelho, “para se inteirar dos esforços realizados no âmbito da prevenção de incêndios florestais, nomeadamente a manutenção, limpeza e operacionalidade dos 10 reservatórios existentes e respetivos hidrantes (com capacidade de 100 metros cúbicos cada)”.

Fonte: [Funchal investiu 1,5ME na limpeza e reflorestação de 75% do Parque Ecológico - Agroportal](#)

### ❖ União Europeia e Nova Zelândia firmam acordo de livre comércio

A União Europeia (UE) e a Nova Zelândia assinaram hoje um acordo de livre comércio com o qual pretendem aumentar em 30% as suas trocas comerciais através da eliminação das tarifas de exportação e uma maior abertura dos seus serviços.

“É um acordo de livre comércio muito ambicioso e muito equilibrado. Acho que oferece muitas oportunidades para as nossas respetivas empresas”, disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, numa conferência de imprensa com o primeiro-ministro da Nova Zelândia, Chris Hipkins, antes da assinatura do documento, em Bruxelas.

O acordo, concluído em 2022 após quatro anos de negociações, removerá todas as tarifas sobre as exportações da UE para a Nova Zelândia, que consistem principalmente em bens de manufaturação, enquanto o bloco da UE as eliminará para a grande maioria das exportações da Nova Zelândia, em todos os produtos agrícolas.

O comércio bilateral de bens entre as duas partes ascendeu a 9.100 milhões de euros em 2022 e o de serviços a 3.500 milhões em 2021, enquanto os investimentos da UE na Nova Zelândia atingiram 9.300 milhões e os deste país no grupo dos 27 chegaram aos 4.300 milhões, segundo os mais recentes números divulgados pelo executivo comunitário. Bruxelas espera que, com este acordo, as exportações da UE para a Nova Zelândia possam aumentar até 4.500 milhões de euros por ano, os investimentos europeus cresçam 80% e as empresas do bloco economizem 140 milhões de euros por ano, segundo o vice-presidente da Comissão responsável pelo Comércio, Valdis Dombrovskis.

Uma vez ratificado por ambas as partes e entrando em vigor, o entendimento também implicará a abertura do mercado de serviços da Nova Zelândia para empresas europeias em setores como serviços financeiros, telecomunicações ou transporte marítimo, e uma melhoria no seu acesso ao mercado de serviços e concursos públicos no país, avaliados em cerca de 60.000 milhões de euros por ano.

Por seu lado, a Nova Zelândia estima que o acordo com a UE – atualmente o seu terceiro parceiro comercial – permitirá aumentar as suas exportações para este território em 1,8 mil milhões de dólares por ano (1,64 mil milhões de euros), segundo o ministro do Comércio da Nova Zelândia, Damien O’Connor, também em conferência de imprensa.

No capítulo agroalimentar, sensível para a UE dada a força da Nova Zelândia, além da eliminação de todas as tarifas sobre as exportações europeias, o documento protege todos os vinhos e bebidas destiladas europeus e outros produtos com denominação de origem.

# Folha Informativa SRADR

2023-07-10

Da mesma forma, para alguns produtos que preocupam os europeus, como laticínios, carne bovina e ovina, etanol ou milho, o volume de importações da Nova Zelândia que podem beneficiar da redução tarifária será limitado. O acordo inclui pela primeira vez compromissos em matéria de sustentabilidade entre ambos e exige o cumprimento do Acordo de Paris sobre o Clima, prevendo também sanções caso não seja respeitado, em linha com a nova abordagem adotada pela UE para promover esta preocupação também através das suas relações comerciais. “Existem resultados pioneiros nas mudanças climáticas e no Acordo de Paris e compromissos importantes em outras áreas, incluindo direitos trabalhistas, igualdade de género ou subsídios prejudiciais ao ambiente”, disse o primeiro-ministro da Nova Zelândia, que enfatizou o “compromisso partilhado” por ambos os lados acerca de direitos humanos, segurança global ou um sistema baseado em reivindicações internacionais. Esta cooperação inclui ainda o acordo para a participação da Nova Zelândia no programa comunitário de investigação e inovação Horizon Europe, que vai mobilizar cerca de 100.000 milhões de euros ao longo de sete anos, bem como o acordo para o país cooperar com a Europol, com efeito a partir de hoje. “Esses acordos aproximam a UE e a Nova Zelândia. Apesar de ser um mundo distante, temos muito em comum”, disse Von der Leyen, que agradeceu à Nova Zelândia por se alinhar com as sanções europeias à Rússia e o seu apoio à Ucrânia. “Desde que a guerra russa na Ucrânia aumentou as tensões na região do Indo-Pacífico, o ambiente geopolítico está cada vez mais mutável e incerto. É mais uma razão para parceiros com ideias semelhantes fortalecerem laços conosco para lidar com diferentes riscos”, acrescentou.

Fonte: [União Europeia e Nova Zelândia firmam acordo de livre comércio - Agroportal](#)

## ❖ Produção alimentar com crescimento mais reduzido até 2032 e emissões sobem 7,5% – FAO

A produção agrícola e alimentar global deverá continuar a crescer na próxima década, mas a um ritmo mais lento, e as emissões de gases com efeito de estufa na agricultura poderão subir 7,5%, concluiu a OCDE e da FAO.

“Prevê-se que a produção agrícola e alimentar global continue a aumentar nos próximos 10 anos, mas a um ritmo de crescimento mais lento do que na década anterior devido às tendências demográficas”, apontou, em comunicado, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O “OCDE-FAO Agricultural Outlook 2023-2032” concluiu que, embora a incerteza tenha aumentado devido a tensões geopolíticas, tendências climáticas adversas, doenças e maior volatilidade dos preços, a produção, ao nível das colheitas, pecuária e pesca, deverá crescer a uma taxa média anual de 1,1%, metade do que se tinha verificado na década que terminou em 2015.

Por sua vez, o consumo total de alimentos deve ascender, anualmente, 1,3% até 2032.

Conforme ressaltou, estas projeções antecipam uma recuperação das pressões inflacionistas, condições climáticas normais, bem como a ausência de mudanças políticas e ao nível das preferências dos consumidores.

A FAO e a OCDE estimam igualmente que a cada aumento de 10% nos preços dos fertilizantes, o valor dos alimentos deverá crescer 2%.

“Os aumentos de preços nos fatores de produção, ocorridos nos últimos dois anos, levantam preocupações quanto à segurança alimentar global”, assinalou o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, citado na mesma nota.

Para 2032, o relatório adianta que 41% de todos os cereais serão consumidos diretamente pelos seres humanos, 37% vão ser usados nas rações para os animais, enquanto a restante percentagem será absorvida pelos biocombustíveis e outros usos industriais.

O crescimento da produção agrícola vai ainda ser impulsionado pelos progressos efetuados ao nível do melhoramento de plantas e da transição para sistemas intensivos.

Prevê-se também que o consumo médio global, ‘per capita, de carne suba 0,1% ao ano.

No total, a produção global de gado e peixes deverá aumentar 1,3% ano na próxima década, enquanto a produção mundial de leite vai ascender 1,5% ao ano.

# Folha Informativa SRADR

2023-07-10

Contudo, só na União Europeia, a produção de leite deverá “diminuir ligeiramente” devido à transição para sistemas de produção mais sustentáveis.

As emissões de gases com efeito estufa no setor agrícola, por seu turno, devem agravar-se em 7,5% na próxima década, ainda assim abaixo do que se tem verificado nos últimos anos, sendo que a pecuária deverá ser responsável por 86% deste aumento das emissões.

Fonte: [Produção alimentar com crescimento mais reduzido até 2032 e emissões sobem 7,5% - FAO - Agroportal](#)



## União Europeia



### Via campesina Europa

#### ❖ Proposta da Comissão Europeia sobre novos OGM privilegia a biopirataria em detrimento dos direitos dos agricultores e dos cidadãos - European Coordination Via Campesina (ECVC)

A 5 de julho, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta de criação de um novo quadro regulamentar para determinados OGM. Esta proposta coloca em primeiro plano a biopirataria e a privatização de todas as sementes por empresas detentoras de patentes, em detrimento dos direitos dos agricultores às sementes. A European Coordination Via Campesina (ECVC), que representa os camponeses de toda a Europa, insta o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu a rejeitarem esta proposta inaceitável.

A Comissão Europeia pretende abolir a rastreabilidade dos OGM resultantes das "novas técnicas genómicas" e suprimir os requisitos de rotulagem dos alimentos derivados desses OGM. Isto ajudará as empresas de sementes a pressioná-las sobre a esmagadora maioria da população que atualmente opta por evitar os OGM. Por detrás da sua verbosidade pseudocientífica, a complexidade das regras propostas pela Comissão torna-as deliberadamente impraticáveis. Ao suprimir a obrigação de rastreabilidade, eliminaram intencionalmente todos os meios de verificação da aplicação destas regras. Pelo contrário, a Comissão confiou nas declarações da indústria de sementes que se serve a si própria. Por um lado, quando convém aos seus interesses, estas vozes da indústria afirmam que os seus OGM patenteados são indistinguíveis das plantas derivadas de seleções tradicionais não patenteáveis. No entanto, quando for do seu interesse, utilizarão técnicas para identificar os seus genes patenteados e qualquer violação das suas patentes. A indústria poderá assim afirmar, sem receio de ser inspecionada, que as suas sementes obtidas através de novas técnicas genómicas são obtidas através de outras técnicas.

Ao proibir os Estados-Membros de impedirem o cultivo destes OGM no seu território, a Comissão está efetivamente a retirar aos agricultores o direito de protegerem os seus campos da contaminação genética e de cultivarem culturas isentas de OGM.

Por outro lado, a perda de rastreabilidade dos novos OGM e, por conseguinte, das patentes sobre os seus genes, permitirá às empresas detentoras dessas patentes confiscar todas as sementes disponíveis. Abre a porta ao alargamento do âmbito destas patentes aos genes existentes na natureza e nas sementes agrícolas e tradicionais. Os agricultores perderão o direito de utilizar, selecionar e trocar as suas próprias sementes. Serão forçados a comprar sementes industriais dispendiosas, que criam dependência de fertilizantes e pesticidas e estão mal-adaptadas às suas condições de cultivo locais.

# Folha Informativa SRADR

2023-07-10

Os riscos para a saúde, o ambiente e a agricultura gerados por qualquer manipulação genética artificial deixarão de ser avaliados: os agricultores, a biodiversidade e os consumidores serão cobaias involuntárias. Além disso, como sublinhado desde o início desta iniciativa sobre "novas técnicas genómicas", os impactos desta não regulamentação no direito europeu de patentes e, por conseguinte, nos direitos dos agricultores às sementes e em todo o sector agrícola sem OGM, incluindo a agricultura biológica, nunca foram avaliados pela Comissão Europeia no seu estudo de impacto. O objetivo desta proposta é, muito simplesmente, sacrificar a agricultura sem OGM, camponesa e biológica, que será forçada a deixar de existir apesar da crescente procura por parte dos consumidores e das muitas promessas eleitorais de apoio ao seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, todo o nosso abastecimento alimentar ficará sob o controlo de quatro ou cinco empresas mundiais de sementes, que detêm todas as patentes sobre as principais técnicas geneticamente modificadas e sobre os principais genes de interesse agrícola ou industrial. Além disso, embora afirmando que estes OGM podem contribuir para a sustentabilidade, a Comissão quebrou ainda mais promessas e suprimiu as poucas salvaguardas que estavam em vigor sobre a comercialização de plantas tolerantes aos herbicidas.

O ECVC apela ao Conselho Europeu e ao Parlamento Europeu que rejeitem firmemente esta proposta e mantenham uma regulamentação rigorosa e a rastreabilidade de todos os OGM.

No que se refere à proposta de revisão da legislação relativa à comercialização de sementes, igualmente publicada em 5 de julho, o ECVC congratula-se com as disposições relativas à troca de sementes entre agricultores, que correspondem aos direitos já reconhecidos dos agricultores de trocarem as suas sementes.

Fonte: [European Commission proposal on new GMOs favours biopiracy over rights of farmers and citizens : Via Campesina](#)